

Estudo sobre os Planos de Aula com a Temática Orientação Sexual Disponibilizados no Portal do Professor

Study on the Lesson Plans with the Theme or Sexual Orientation Available at the Teacher's Portal

Joelma Corneau Couto^a; Leonardo Avila Novaes^a; Líliliana Berté Fontana^a; Luciana Richter^{*b}; Andréa Inês Goldschmidt^b

^aUniversidade Federal de Santa Maria, Curso de Ciências Biológicas. RS, Brasil.

^bUniversidade Federal de Santa Maria. RS, Brasil. E-mail:

*E-mail: lurichter@gmail.com

Resumo

O estágio se constitui como uma oportunidade para os licenciandos desenvolverem novas habilidades didáticas e aprenderem através da pesquisa. Nesse sentido, este trabalho faz parte do Estágio de Intervenção Educacional das Ciências Biológicas, o qual objetivou analisar e caracterizar as aulas relacionadas à temática “Orientação Sexual”, encontradas no Espaço da Aula do Portal do Professor, do Ministério da Educação (MEC). A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, contando com um *corpus* de análise composto por 50 planos de aula. A leitura dos mesmos possibilitou a categorização, análise e reflexão por parte dos pesquisadores. Os planos abrangeram o período de 2009 a 2020, contendo planos de 2009 a 2014, de quatro regiões do Brasil. A estrutura dos planos de aula foi bem organizada em mais de 90% deles, os quais continham introdução, objetivos, metodologia, referencial teórico, conclusão e referências. A categorização foi realizada para os conteúdos propostos, recursos didáticos e tipo de avaliação (conceitual, procedimental e/ou atitudinal). Foi possível identificar a prevalência do ensino tradicional e dos recursos audiovisuais na maioria dos planos de aula, destacando que os mesmos visam a transmissão de conhecimento. Destaca-se a importância do ensino da temática nas escolas, visando orientações para prevenção, proteção, aceitação, respeito, direitos e deveres. Para isso, as escolas e os professores devem estar devidamente qualificados para assumir tal função educativa, proporcionando uma formação de valores e atitudes com visão crítica e reflexiva aos alunos.

Palavras-chave: Planejamento Educacional. Planejamento de Aula. Sexualidade.

Abstract

The internship is an opportunity for graduates to develop new teaching skills and learn through research. In this sense, this work is part of the Educational Intervention Internship in Biological Sciences, which aimed to analyze and characterize the classes related to the theme “Sexual Orientation”, found in the Classroom of the Portal do Professor, from the Ministry of Education (MEC). The research has a qualitative and quantitative approach, with a corpus of analysis composed of 50 lesson plans. Reading them allowed the researchers to categorize, analyze and reflect. The plans covered the period from 2009 to 2020, containing plans from 2009 to 2014, from four regions of Brazil. The structure of the lesson plans was well organized in more than 90% of them, which contained an introduction, objectives, methodology, theoretical framework, conclusion and references. The categorization was performed for the proposed contents, didactic resources and type of evaluation (conceptual, procedural and / or attitudinal). It was possible to identify the prevalence of traditional teaching and audiovisual resources in most of the lesson plans, highlighting that they aim at the transmission of knowledge. The importance of teaching the theme in schools is highlighted, aiming at guidelines for prevention, protection, acceptance, respect, rights and duties. To this end, schools and teachers must be properly qualified to assume such an educational function, providing students with a formation of values and attitudes with a critical and reflective view.

Keywords: Educational Planning. Lesson Planning. Sexuality.

1 Introdução

O estágio se constitui como um ambiente de aprendizagem para os estudantes dos cursos de licenciatura, indo além de colocar em prática o que foi aprendido ao decorrer do curso, sendo uma oportunidade para adquirir novos conhecimentos, experiências e realizar pesquisas. Considerando o período de Pandemia causado pela Coronavirus Infectious Disease 2019 (COVID-19) foi preciso buscar métodos alternativos e estratégias de ensinar e aprender, inovar e propor novas formas de ensino e pesquisa. O presente artigo, vinculado à disciplina de Estágio de Intervenção Educacional das Ciências Biológicas, cujo principal objetivo está associado ao desenvolvimento de um projeto de intervenção e pesquisa,

consistiu no desenvolvimento de uma pesquisa vinculada à área de ensino.

Oliveira e Gonzaga (2012) enfatizam, que quando a formação docente, acontece mediada pela pesquisa, essa formação pode vir a representar uma estratégia de produção de conhecimento, desenvolvimento profissional e mudança da prática docente, uma vez que, ao se rejeitar a perspectiva de professor apenas como um consumidor de conhecimento acadêmico, transmissor e implementador do ensino, reconhece-se a capacidade investigativa tanto da sua prática pedagógica quanto da realidade em que este se insere.

Nesse sentido, conceber e propor a pesquisa na prática docente é uma forma de enriquecer a cultura dos licenciandos,

desenvolver novas habilidades e promover um ensino investigativo, baseado na relação da teoria com a prática e da prática com a pesquisa. Visando a pesquisa com intuito de contribuir com a prática pedagógica, escolheu-se uma temática de relevância para a educação, sendo esta, a orientação sexual.

É importante definirmos o significado da temática orientação sexual, uma vez que ainda se encontram muitas distorções em relação ao assunto e à associação dessa com a educação sexual. O termo orientação sexual foi inicialmente proposto nos documentos oficiais, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e a partir destes, vários autores utilizam o termo para denominar a intervenção que se propõe para fazer nas escolas, envolvendo os alunos e suas necessidades sobre as questões sexuais (REIS; RIBEIRO, 2005). Portanto, a orientação sexual se refere ao processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas (SUPLICY *et al.*, 2004).

Para Reis e Ribeiro (2005), a orientação sexual refere-se a um trabalho planejado, sistematizado, organizado, com tempo e objetivo limitados, efetuado por um profissional especializado, cujo objetivo é informar, debater e refletir sobre questões da sexualidade com os indivíduos, levando-os a conhecer seu próprio corpo, entender sentimentos, medos e angústias, a ser sujeitos de sua própria sexualidade.

Já, a educação sexual compete prioritariamente a família, sendo peça chave na formação identitária de gênero e na manifestação dos papéis sexuais de seus filhos (FONSECA, 2004).

Enquanto processo de aprendizagem, a educação sexual começa na infância, em família; mas uma vez que os jovens passam um tempo significativo na escola, essa se constitui como um lugar privilegiado para a sua concretização (RAMIRO *et al.*, 2011).

Desta forma, Carpilovsky *et al.*, (2010), salientam que a proposição escolar da temática educação sexual é indispensável, pois possibilita que jovens e crianças possam ampliar o conhecimento recebido anteriormente. Os autores também destacam que as informações que esses indivíduos podem ter no seio familiar, normalmente contém preconceitos e aspectos de moralidade, o que conduzem os educandos a buscarem esclarecer dúvidas com auxílio da mídia ou com indivíduos que também possuem as mesmas dúvidas.

Jardim e Bretas (2006) defendem a sexualidade como uma temática transversal, que deveria ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo, estando os professores preparados para utilização de uma metodologia participativa, contando com a participação dos estudantes.

Carpilovsky *et al.* (2010) corroboram afirmando que as dúvidas que os docentes apresentam ao trabalhar o tema sexualidade na escola, demonstram que eles sabem da necessidade em trabalhar essa temática na sala de aula, mas, ao mesmo tempo, se sentem despreparados para ensinar esse assunto, seja por falta de informações, seja por insegurança

ou vergonha.

Porém, em virtude da transversalidade do tema, este acaba sendo menos valorizado do que os demais conteúdos dos currículos e em alguns casos não é incluído (SOARES; MONTEIRO, 2019). Deste modo, pode-se afirmar que a sexualidade enquanto temática abordada no âmbito escolar, se torna um assunto duvidoso, cheio de divergências e apreensões.

Desta forma a relevância de estudos em torno da temática “sexualidade” pauta-se na contribuição de informações que possam auxiliar pais e educadores no desenvolvimento de uma educação sexual contextualizadora e contemporânea (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013). Sendo assim, “a educação sexual e as discussões sobre gênero e identidade não podem ser confundidas com qualquer tipo de doutrinação moral ou ideológica, mas devem estar associadas ao desenvolvimento da cidadania.” (FURLANETTO *et al.*, 2018, p.566). Nesse contexto, todas as temáticas que se relacionam com a orientação sexual na escola e que envolvem a sexualidade como premissa principal, se fazem cheias de significância, pois as mesmas assumem papéis de relevância nas pautas escolares, bem como na sociedade a qual estão inseridas. Além disso, a orientação sexual como assunto abordado nesta pesquisa, assume uma nova dimensão perante a missão do professor em trabalhar com esta temática e inseri-la no contexto das aulas, num momento onde as discussões sobre este assunto se tornam cada vez mais calorosas e polêmicas.

Para a seleção deste tema, teve-se como problema de pesquisa investigar quais eram as sugestões feitas nos planos de aula de Ciências/Biologia sobre os possíveis conteúdos abrangendo a temática Orientação Sexual, disponíveis no Espaço da Aula do Portal do Professor do Ministério da Educação (MEC)? Sendo assim, definiram-se como questões norteadoras: “Quais os principais conteúdos propostos nos planos de aula?”; “De que maneira os planos de aula abrangem a temáticas inserida?”; “Quais as abordagens metodológicas previstas para desenvolver os conteúdos previstos?”; e, “Para quais níveis/modalidades de ensino os planos de aula são direcionados?”

Com base no exposto, esse estudo teve por objetivos: a) analisar e caracterizar as aulas relacionadas à temática Orientação Sexual, encontradas no Espaço da Aula do Portal do Professor, do Ministério da Educação (MEC); b) categorizar os planos de aula em termos de modalidade/níveis de ensino, temáticas abordadas e estratégias de ensino; c) investigar como a avaliação do conteúdo aparece nos planos de aula; e d) identificar possíveis erros conceituais empregados nas aulas de Ciências e Biologia do Espaço da Aula.

2 Material e Métodos

A pesquisa é um modo sistemático que busca indagar e compreender o tema de estudo, resolvendo os problemas

oriundos do cotidiano, relacionando a teoria com a prática (MINAYO, 2000). A pesquisa em questão foi realizada a partir de uma abordagem quali-quantitativa, de modo que “a pesquisa qualitativa pode ser apoiada pela pesquisa quantitativa e vice-versa, possibilitando uma análise estrutural do fenômeno com métodos quantitativos e uma análise processual mediante métodos qualitativos” (SCHNEIDER; FUJII; CORAZZA, 2017, p.570).

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação (GIL, 2008, p.133). Ainda, segundo Bogdan e Biklen (1994), o investigador qualitativo não deve ter planejado os resultados que quer obter com a pesquisa, mas sim, deve aceitar e trabalhar a partir deles. Já, nas pesquisas quantitativas, as categorias são frequentemente estabelecidas *a priori*, o que simplifica sobremaneira o trabalho analítico. Por outro lado, nessas pesquisas os dados costumam ser organizados em tabelas (GIL, 2017, p.134). Para Ferreira (2015), na área da educação, as concepções quantitativas e qualitativas vêm abrindo um novo panorama para o pesquisador. Portanto, é importante a compreensão dessas abordagens de pesquisa, como precursoras do surgimento de possibilidades investigativas.

Em relação a essa pesquisa, ela também se enquadra como pesquisa documental, que de acordo com Gil (2017, p.35):

assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc..

Além de documental, essa pesquisa também se constitui como uma pesquisa do tipo exploratória-descritiva. Exploratória porque “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 2008, p.27). E descritiva porque “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p.28).

A pesquisa realizou-se a partir da análise de todos os planos de aula referentes à temática “Orientação sexual”, com componente curricular na área de Ciências Biológicas, encontrados no Portal do Professor (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>). Nesse Portal, a seleção dos planos deu-se da seguinte forma: abriu-se a janela “espaço da aula”, “sugestões da aula” e após a aba “aula”. Usou-se o descritor “orientação sexual” e marcou-se como componente curricular a “biologia”. Chegou-se a 52 planos de aula, desses, excluiu-se dois por tratarem de assuntos que fugiram da temática. Um dos planos excluídos estava relacionado à bioluminescência e

degradação do Cerrado e o outro plano estava relacionado aos antibióticos e a resistência bacteriana. Desta forma, o *corpus* de análise foi composto por 50 planos de aula, sendo que se realizou o download dos mesmos para a leitura na íntegra.

Para a avaliação e análise dos planos, criou-se uma tabela no Excel e classificou-se os planos de acordo com os seguintes critérios: 1- data de publicação, 2- título, 3- autor principal e co-autores, 4- estado/região do país, 5- modalidade/nível de ensino, 6- plano de aula completo, contendo todas as partes necessárias (temática, duração, objetivos, metodologia, avaliação, fundamentação teórica e referências) ou incompleto 7- tempo previsto para a duração da aula, 8- objetivo (os) presente(s), ausente(s), adequado(s) ou inadequado(s), 9- avaliação (conceitual, procedimental e/ou atitudinal), 10- conteúdos gerais, 11- assuntos e conceitos trabalhados, 12- referências presentes ou ausentes, 13- abordagem utilizada (teórica e/ou prática), 14- recursos utilizados e 15- equívocos abordados.

3 Resultados e Discussão

A leitura dos 50 planos de aula, com a temática “Orientação Sexual”, disponíveis no Espaço da Aula no Portal do Professor, permitiu a categorização, análise e reflexão por parte dos pesquisadores. Os planos abrangeram o período desde a criação do portal (2008) até o momento. Foram encontradas publicações entre os anos de 2009 a 2014. Nos primeiros dois anos concentraram-se 78% do total de planos analisados, enquanto no ano de 2014 foi publicado apenas um plano.

Em relação à localização geográfica de produção dos planos, foi possível agrupá-las em quatro regiões brasileiras (Nordeste e Centro-Oeste, Sudeste e Sul), com a participação de seis Estados, sendo mais de metade dos planos oriundos de Minas Gerais.

Quanto à modalidade/nível de ensino, observou-se que os planos foram direcionados para o Ensino Médio, sendo que 44 também incluíram o Ensino Fundamental e 20 a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O tempo previsto para a execução dos planos de aula variaram de uma a cinco horas/aula, sendo a maioria destinado para duas a três horas/aula (66%).

Ao avaliar a estrutura organizacional dos planos, verificou-se que 94% estavam bem estruturados, pois continham a introdução, os objetivos, o referencial teórico, os passos metodológicos, a conclusão e as referências. Os objetivos estavam presentes em 48 dos 50 planos de aula e encontraram-se adequados, apesar de que alguns poderiam ser melhor explicitados. Um plano organizado, bem como um planejamento estruturado são primordiais para o potencial sucesso no desenvolvimento de uma aula. Conforme Libâneo (2006, p.221):

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo

de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Vasconcellos (2012), corrobora, que do ponto de vista educacional, o planejamento é um ato político-pedagógico, pois possui intenções de colocar em prática, reflexões, opiniões e decisões, visando a elaboração de um plano de intervenção que condiz com a realidade. Portanto, a estrutura do plano de aula deve conter a estrutura necessária que conduzirá uma execução adequada das atividades a serem previstas pelo professor e conseqüentemente resultando na maior possibilidade de êxito da aula.

Nesse contexto, Libâneo (2006), salienta que a prática educacional se orienta para alcançar determinados objetivos, através de uma ação intencional e sistemática. Os objetivos devem representar a intenção que o professor espera atingir com as atividades propostas aos estudantes, sendo importante que os mesmos estejam explícitos, de forma clara e concisa, de modo que possam ser bem compreendidos pelo professor que irá se basear no plano para estruturar sua aula.

Verificou-se também que todos os planos de aula utilizaram a concepção de ensino tradicional, exclusivamente centrada na atuação do professor, embora, 42 planos de aula contaram também com a participação dos alunos, em propostas que buscassem envolver ativamente os mesmos. É preciso que haja uma tentativa de descentralização da aula voltada e centrada apenas no professor, dando ênfase aos alunos e na utilização de aulas práticas, buscando oportunizar atividades diversificadas.

A participação ativa dos alunos nas aulas é muito importante, pois o aluno não é um indivíduo que recebe o conteúdo passivamente, mas sim, um indivíduo que além de ouvir, também fala, participa, opina, questiona e se insere no contexto da aula como participante e dessa forma é um indivíduo capaz de construir sua própria aprendizagem.

A busca por atividades práticas possibilita a participação dos alunos e segundo Lima e Garcia (2011), as aulas práticas são consideradas importantes no processo de ensino e aprendizagem. Interaminense (2019), complementa, que o professor deve ver as aulas práticas como facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem, e que a escola deve remodelar sua didática de acordo com as necessidades dos alunos, buscando o aperfeiçoamento dos processos educacionais.

A análise dos tópicos abordados dentro da temática possibilitou a divisão em quatro categorias (conteúdos gerais): (1) Direitos sexuais e reprodutivos; (2) Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's); (3) Características morfológicas X e Y e (4) Preconceitos. Cada uma dessas possui subdivisões (assuntos correlacionados), o que pode ser observado no Quadro 1. Cabe salientar que um mesmo plano de aula pode se enquadrar em mais de uma categoria ou subcategoria.

Quadro 1 - Conteúdos gerais e assuntos relacionados presentes nos planos de aula

Categorias - Conteúdo Geral	Subcategorias - Assuntos relacionados	Nº de planos
Direitos sexuais e reprodutivos (24 planos)	Direitos sexuais	24
	Preservativos e contraceptivos	17
	Gravidez	9
	Aborto	3
Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) (17 planos)	AIDS	17
	Sífilis e outras IST's	15
Características morfológicas X e Y (19 planos)	Gênero	19
	Diferenciação homem e mulher	17
Preconceitos (17 planos)	Preconceitos gerais	17
	Machismo	12
	Abuso sexual/preconceito	10

Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira se refere aos “Direitos sexuais e reprodutivos”, descritos em 24 planos de aula, abrangendo como assuntos relacionados direitos sexuais, preservativos e contraceptivos, gravidez e aborto.

Considerando que a vida sexual tem iniciado cada vez mais precocemente é importante salientar que o motivo pelo qual ocorre a gravidez na adolescência é o não ou mal uso de contraceptivos. Deste modo, Dias e Teixeira (2010, p.126), enfatizam:

O motivo óbvio e direto da gravidez na adolescência é o fato de que os adolescentes mantêm relações sexuais sem cuidados contraceptivos. Portanto, dois comportamentos precisam existir para que ocorra a gravidez na adolescência: a atividade sexual do jovem e a falta de medidas contraceptivas adequadas. Uma compreensão das causas desse fenômeno deve considerar a inter-relação entre esses comportamentos.

Em relação à gravidez precoce, dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que, no mundo, nascem cerca de 14 milhões de crianças de mães adolescentes por ano (UNFPA, 2016). Já no Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) destacam que a taxa de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos, entre 2005 a 2015, passou de 76,3 para 59,4 filhos por mil mulheres deste grupo, o que ainda é considerado um índice alto quando comparado a outras regiões do mundo. Diante disso, a gravidez precoce, vem sendo um problema para a saúde pública, desencadeando problemas tanto para as mães, quanto para os filhos, além do índice de abortos realizados de modo inseguro, que acarretam sérios problemas à saúde. Importante destacar que a gravidez estava presente em 9 planos de aula.

Assim, priorizar tais questões na escola é primordial! Se faz necessário que o tema da gravidez na adolescência seja objeto de debate no âmbito escolar e que todos os alunos, professores, demais profissionais da escola e pais sejam sensibilizados para a importância de se criar uma rede de apoio às adolescentes nessa condição (SANTOS *et al.*, 2016).

Ainda dentro dos direitos sexuais e reprodutivos, a

abordagem do aborto esteve presente em 3 planos de aula, sendo essa a última subcategoria abordada nessa categoria. O aborto envolve aspectos de cunho moral e religioso, sendo objeto de forte sanção social. Essa condição implica dificuldades no seu relato pelas mulheres, particularmente em contextos de ilegalidade, como no Brasil (MENEZES; AQUINO, 2009). Temp *et al.* (2003) discutem que o sistema educacional brasileiro representa um meio de formação de cidadãos capaz de construir conhecimentos que contribuam para a redução do número de abortos e suas complicações, principalmente entre adolescentes.

Almeida *et al.* (2017), ressaltam, que depois da família, é na escola que ocorre a complementação da educação desenvolvida no ambiente familiar, sendo a escola a responsável pela formação dos alunos. É na etapa escolar, que os alunos começam a sofrer mudanças corporais através dos hormônios sexuais, emergindo assim, a sexualidade destes. Desta forma, a escola e os professores, acabam ficando responsáveis pela orientação dos alunos, através de discussões em sala de aula.

A escola assume um papel importante na orientação e construção de novas perspectivas para esta jovem, que na maioria das vezes encontra-se sem apoio, tanto da família, como do possível parceiro, e ainda da sociedade que julga e acusa. (SANTOS *et al.*, 2018, p.74).

Desta forma, é importante que a comunidade escolar tome parte de levar essas informações para os adolescente e jovens, de modo que o aluno se torne consciente e responsável pelos seus atos. De acordo com Jatobá e Bastos (2007, p.178) a escola e, especialmente, a sala de aula “devem ser lugares nos quais as agruras a que estão expostos os adolescentes possam ser minimizadas e o aumento do conhecimento se torne o instrumento que possa efetivamente auxiliá-los a crescer, se desenvolver e evoluir”.

Ademais, todos os conteúdos abordados no Quadro 1 podem ser trabalhados em sala de aula de forma que o professor consiga mostrar aos alunos a importância de cada um. E a categoria 1, de fato reforça esta compreensão, uma vez que as questões levantadas mostram que a gravidez pode ser prevenida com uso de preservativos e contraceptivos, bem como o aborto pode ser evitado através dos mesmos, tendo em vista que em nosso país este método é ilegal. Também, é importante salientar, que tanto o uso de métodos contraceptivos quanto a gravidez e o aborto, se configuram como direitos de qualquer indivíduo.

Desse modo, Heilborn (2012, p.66), salienta que

Os direitos sexuais de adolescentes têm sido entendidos por setores sociais preocupados com uma excessiva emancipação dos filhos relativamente aos pais como uma espécie de incentivo à liberalidade sexual. Tal percepção faz com que, genericamente, entenda-se como problemática a exposição precoce desses jovens a riscos tidos por inerentes à sexualidade. Ora, uma perspectiva abrangente dos direitos inclui o do acesso à informação qualificada sobre sexualidade. Trata-se, portanto, de entender que a informação sobre sexualidade não depende exclusivamente da família. Esse

direito deve ser provido no âmbito da escola e dos serviços de Saúde que atendam população na faixa etária em debate.

Sendo assim, todo adolescente/jovem tem o direito de ter acesso à informação sobre sua sexualidade, bem como sobre o uso de contraceptivos em prol da sua própria saúde. Deste modo, os direitos sexuais se constituem como parte de uma luta pela igualdade entre os gêneros, tendo em vista que na nossa sociedade ainda existe desigualdade no que diz respeito aos direitos de homens e mulheres.

A segunda categoria se refere as “Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s), encontrada em 17 planos, correspondendo aos assuntos relacionados a AIDS, Sífilis e outras IST’S.

De acordo com Zompero *et al.* (2018), diversos problemas atuais estão relacionados com questões pertinentes à sexualidade, como o aumento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s), AIDS e a gravidez na adolescência. A cada dia, são notificados mais de 1 milhão de novos casos de IST’s curáveis entre pessoas de 15 a 49 anos, isso equivale a mais de 376 milhões de novos casos anuais de quatro infecções – clamídia, gonorreia, tricomoníase e sífilis (OPAS, 2019).

A AIDS, apesar da queda nos números de casos de alguns anos para cá, continua sendo um problema para a saúde pública. Conforme o Ministério da saúde:

A prevenção combinada abrange o uso da camisinha masculina ou feminina, ações de prevenção, diagnóstico e tratamento das IST, testagem para HIV, sífilis e hepatites virais B e C, profilaxia pós-exposição ao HIV, imunização para HPV e hepatite B, prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatite B, tratamento antirretroviral para todas as PVHIV, redução de danos, entre outros (BRASIL, 2021).

Portanto, é importante salientar que os métodos preventivos contra as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são muitos, e quando combinados entre si garantem maior segurança (BRASIL, 2021). Os resultados mostraram que nos planos de aula foram abordados os assuntos Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) (em 17 planos de aula) e Sífilis e outras IST’s (em 15 planos de aula). Franco, Moreira e Almeida (2020), discutem sobre a importância de se estudar as IST’s na escola, tendo em vista que os adolescentes estão vulneráveis em relação às situações que envolvem essa temática, pois nesse período ocorre a transformação psicológica e do próprio corpo.

Dessa forma, a prevenção é a melhor maneira para evitar problemas futuros. E conscientizar, problematizar, refletir e orientar sobre esses assuntos é fundamental. A escola pode ser considerada um local para de divulgação e conscientização, uma vez que trabalha com grande número de adolescentes e jovens.

Além de combater a contaminação por IST’s e AIDS, a utilização de métodos contraceptivos também ajuda na prevenção de uma gravidez indesejada.

A terceira categoria abordou os assuntos relacionados às “Características morfológicas X e Y”, com os conteúdos sobre

Gênero (encontrado em 19 planos) e Diferenciação homem e mulher (presente em 17 planos). Deste modo, as questões de gênero encontraram-se diretamente relacionadas à forma como as pessoas entendem os diferentes papéis sociais e comportamentais relacionados aos homens e às mulheres; e dessa forma estabelecem padrões fixos daquilo que é “próprio” para o feminino, bem como para o masculino.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero pode ser compreendido como uma construção social do sexo anatômico. Este foi criado para determinar uma dimensão biológica e distingui-la da dimensão social, baseando-se no pensamento de que há machos e fêmeas, e os comportamentos se fazem pela cultura. Portanto, gênero significa que homens e mulheres são resultantes de uma realidade social e não da anatomia de seus corpos (CARRARA *et al.*, 2009).

Diante disto, a homossexualidade ainda é um tema delicado para ser trabalhado em sala de aula, pois gera diversas discussões e pautas, não somente pelo preconceito, mas também pela falta de conhecimento. No ambiente escolar, as piadas, brincadeiras e até atos de violência mais sérios têm prejudicado profundamente os processos de aprendizagem e com isso, Junqueira (2009, p.15) relata:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

Desta forma, as iniciativas que preconizam a abordagem da diversidade sexual no contexto escolar, representam um desafio frente aos valores e normas morais, culturais, religiosas e familiares que estão entre os temas de gênero e sexualidade, que ainda estão presentes na atual década (SOARES; MONTEIRO, 2019).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ampara discussões sobre os direitos humanos e discriminações, além de temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, “assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira” (BNCC, 2017, p.327). Na descrição da área *Ciências da Natureza*, no oitavo ano, o tema sexualidade aparece na disciplina de Ciências da Natureza. Na Unidade Temática “Vida e Evolução” há dois objetos de conhecimento: mecanismos reprodutivos e sexualidade. Nessa unidade, constam as seguintes habilidades a serem desenvolvidas, e que permitem a compreensão do corpo, sua constituição, modificações, além de saúde sexual e reprodutiva, apresentando relação direta com a temática em questão:

(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

Mas gostaríamos de destacar a última habilidade, deste objeto de conhecimento:

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017, p.346-347).

Assim, o que propõe a BNCC é que ao final do oitavo ano, os estudantes devem conseguir *selecionar argumentos* que salientem as múltiplas dimensões da sexualidade humana, desenvolvendo uma base legal que subsidiem o professor a trabalhar as questões sexuais em sala de aula. Desta forma, o próprio documento oficial norteia o que deve constar no currículo escolar, o suporte de conhecimentos para que a sexualidade possa ser compreendida a partir da diversidade.

A última categoria dos conteúdos propostos pelos professores nos planos de aula está relacionada a “Preconceitos” (17 planos de aula). Silva e Mendes (2015), salientam que as relações de gênero são fundamentadas pelo machismo e sexismo, presentes em nossa sociedade, que delimitam quais papéis são designados aos homens e às mulheres. Apesar dos avanços sobre esse tema, as mulheres ainda se encontram numa posição de desvantagem em relação aos homens, sendo submetidas às desigualdades. Santos *et al.* (2017) abordam que as mulheres, historicamente, enfrentam submissões em relação aos homens, fato esse que permeia os setores sociais, políticos e econômicos, e destacam que as consequências do machismo resultam em casos de violência, abuso, misoginia e assassinato de mulheres. A Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 vem ao encontro de tais atos, pois visa a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além da eliminação de todas as formas de discriminação, prevenindo, punindo e erradicando a violência contra as mulheres (BRASIL, 2006).

Destaca-se a necessidade da promoção de atividades que contribuam com a exclusão do preconceito dos alunos para que dessa forma, os mesmos possam desconstruir preconceitos enraizados nas escolas e sociedade em geral, para que futuramente não ocorra essa problemática nas áreas acadêmica e profissional (SANTOS *et al.*, 2017).

Não é somente o preconceito que rodeia a vida dos jovens. Outro problema que também os cercam, é o abuso. O abuso sexual pode ser caracterizado como qualquer ação sexual de um ou mais indivíduos adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo ocorrer tanto no ambiente intrafamiliar quanto no ambiente extrafamiliar (FLORENTINO, 2015).

Rocha, Lemos e Lirio (2011, p.282), destacam sobre a importância da escola em relação a esta problemática:

Acreditamos que a escola deve e pode ser uma parceira de peso de todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual. Ela deve e pode ajudar a romper o pacto de silêncio que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Sua ação é de extrema relevância, tanto no movimento pela prevenção do problema - ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também no combate, auxiliando quem sofre essas agressões a ter um atendimento adequado para que volte a ter uma vida mais saudável e feliz.

Nesse contexto, o trabalho em sala de aula relacionado ao abuso sexual e ao machismo é demasiadamente importante, pois as concepções trabalhadas pelo professor com os alunos, podem evitar comportamentos que incitem a violência e o bullying, além de alertar os alunos sobre como se precaver de possíveis abusadores que podem estar no âmbito familiar, bem como em outros locais onde estes frequentam.

Deste modo, a escola é um local onde os estudantes irão desenvolver seus pensamentos e valores, permitindo que cresçam como cidadãos e que respeitem cada indivíduo da maneira que são, cabendo aos professores levarem pautas relevantes para discussões em sala de aula e para que a partir destas os alunos possam refletir.

Em relação à análise dos recursos utilizados nos planos de aula, estes podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 2 - Recurso didáticos presentes em planos de aula que abordaram como tema central Orientação Sexual no Portal do Professor do MEC

Grupo	Subgrupo - Recurso utilizado	Nº de planos
Audiovisual (44 planos)	Vídeo do Youtube	38
	Imagem	24
	Slides	16
	Filme/documentário	6
Texto (34 planos)	Histórias/narrativas/reportagens	33
	Livro didático	1
Produção de material (27 planos)	Cartaz ou folha em branco	23
	Redação	4
Atividade didática (6 planos)	Jogo didático	2
	Mímica/Dinâmica/Teatro	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os quatro grupos principais de recursos didáticos tratados nos planos de aula, demonstrados no Quadro 2, o “Audiovisual” esteve presente em quase totalidade dos planos de aula (88%), tendo como destaque a proposição da exibição de vídeos disponibilizados no Youtube. Entretanto, apesar das referências para estes vídeos estarem presentes em 100% dos planos de aula, a maior parte das mesmas contavam apenas com os links de acesso, sendo que muitos destes encontravam-se indisponíveis (48%). Desta forma, em alguns casos a reprodução dos planos de aula se tornava inviável, pois não era possível ter acesso aos materiais de suporte, que eram indicados.

Slides e filme/documentário foram os recursos audiovisuais menos abordados nos planos analisados. Ainda

assim, destaca-se que os slides, geralmente são grandes aliados dos professores, pois através deles é possível que os alunos possam visualizar imagens, textos e animações, o que torna a aula mais atrativa e auxilia na construção do conhecimento. Além deles, o uso de vídeos também contribui positivamente para a aproximação de alguns conteúdos. Moran (2009), afirma que os vídeos podem ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem, pois os mesmos servem para motivar e sensibilizar os alunos, sendo seu uso o importante.

Pequenos vídeos ou animações podem servir para introduzir um conteúdo ou ainda para despertar a curiosidade e motivação para novos temas, o que pode auxiliar no aprofundamento do assunto a ser trabalhado em aula. Entretanto, Mandarino (2002, p.3) destaca que

só deve ser utilizado como estratégia quando for adequado, quando puder contribuir significativamente para o desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, nem todos os temas e conteúdos escolares podem e devem ser explorados a partir da linguagem audiovisual.

No grupo “Texto”, enquanto que os recursos “histórias, narrativas e/ou reportagens” foram amplamente utilizados, o “livro didático” foi citado como material de apoio em apenas um plano de aula. Entretanto, as pesquisas apontam que em sala de aula, os professores fazem uso desse recurso, tendo em vista sua importância como elemento norteador do planejamento, da preparação das aulas, como material de atualização e de fácil presença na sala de aula (D’AQUINO ROSA; ARTUSO, 2019).

O grupo “Produção de material” se destacou na menção ao recurso cartaz ou folha em branco, que foi citado principalmente para a realização de atividades em grupo através da confecção de trabalhos a serem expostos pela escola. A redação, outro recurso abordado nesse grupo, foi pouco trabalhada. Isso pode ter ocorrido pelo fato de que os temas em questão não são tão fáceis de serem articulados, além de poderem gerar conflitos de ideias.

O último grupo, denominado “Atividade didática”, compreende a parte mais lúdica dos planos, contando com proposição de jogos didáticos e atividades como mímica, dinâmicas e teatros. Apesar de abranger recursos didáticos de extrema importância, pois possibilitam aos alunos uma aprendizagem atrativa pela ludicidade, foi o grupo de menor abordagem.

Cunha (2012) ressalta que os jogos didáticos estão relacionados à aprendizagem de conceitos, de forma intencional e orientada pelo professor, sendo possível provocar alguns efeitos e mudanças positivas no comportamento dos estudantes, como a rápida assimilação do conteúdo, devido à motivação; o desenvolvimento de competências e habilidades não contempladas em outros tipos de atividades; bem como maior motivação para o trabalho e socialização dos estudantes, beneficiando o rendimento e a afetividade.

Dessa forma, destaca-se que a diversidade de proposições se faz importante na sala de aula, pois ao “utilizar

recursos didáticos no processo de ensino aprendizagem é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade de manusear objetos diversos” (SOUZA, 2007, p.112-113). Nicola e Paniz (2016), corroboram que a utilização de recursos no ensino pode possibilitar uma aprendizagem mais significativa, onde o professor torna os conteúdos mais contextualizados, favorecendo a ampliação de conhecimentos que os alunos já possuem ou a construção de novos conhecimentos. Com recursos diferentes, as aulas tornam-se mais dinâmicas, e os alunos podem compreender melhor o que é ensinado, além de que os alunos podem desenvolver sua criatividade, coordenação, habilidades, etc.

Ademais, Viveiro e Diniz (2009) destacam como a principal vantagem da diversificação de atividades e de recursos didáticos, a motivação dos estudantes, fator esse, primordial para a aprendizagem.

O Quadro 3 elucida os resultados encontrados para a análise em relação ao tópico Avaliação presentes nos planos de aula.

Quadro 3 - Tipo de proposta de avaliação do plano previsto nos planos de aula que abordaram como tema central Orientação Sexual no Portal do Professor do MEC

Grupo	Nº de Planos	Percentual
Avaliação Conceitual + Procedimental + Atitudinal	13	26%
Avaliação Procedimental + Atitudinal	13	26%
Avaliação Conceitual + Procedimental	9	18%
Avaliação Conceitual + Atitudinal	7	14%
Avaliação Procedimental	5	10%
Avaliação Atitudinal	3	6%
Avaliação Conceitual	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Kraemer (2006) descreve a avaliação como valor ou mérito ao objeto em pesquisa, junção do ato de avaliar ou medir os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo. Dessa forma, a avaliação é um instrumento valioso e indispensável no sistema escolar, podendo descrever os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos apropriaram. Ela revela os objetivos de ensino já atingidos em um determinado ponto do percurso e também as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Libâneo (2006, p.196), define a avaliação escolar como

um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e da qualificação dos resultados obtidos, determinar as correspondências destes com os objetivos propostos, e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Os planos analisados foram investigados, de acordo com a classificação de Zabala (2010), sendo pesquisados nos planos, se haviam propostas de avaliação que contemplavam

os aspectos conceitual, procedimental e/ou atitudinal. O ideal é que os planos compreendessem os três tipos de avaliação, pois a avaliação se torna mais fidedigna, atingindo todos os tipos de alunos, e assim, não prejudicando os que têm mais dificuldade em algumas das modalidades de avaliação.

Nesse contexto, Zabala (2010), salienta que se uma prova escrita é eficaz para determinar o conhecimento que se tem de um fato, sua confiabilidade é considerada duvidosa quando o que se tem que determinar e avaliar é o grau de aprendizagem dos conteúdos conceituais. Sendo assim, entende-se que a avaliação conceitual é importante, mas não deve ser levada em conta apenas este tipo de avaliação, pois nem sempre os alunos irão aprender realmente todos os conceitos, tendo em vista que há níveis de aprendizagens diferentes.

O mesmo autor explica ainda, que os conteúdos procedimentais se referem ao saber fazer; ou seja, o conhecimento só pode ser analisado em situações em que o mesmo é aplicado. Sendo assim, a avaliação procedimental só é possível quando os alunos colocam em prática aquilo que aprendem, e o professor avalia o domínio destes ao colocá-los em prática. Enquanto que a natureza dos conteúdos atitudinais, assim como os componentes cognitivos e afetivos, torna complexo determinar o grau de aprendizagem de cada aluno. Portanto, a avaliação atitudinal requer cuidado e os professores devem estar atentos às possíveis inseguranças na hora de avaliar a aprendizagem dos alunos, tendo em vista que os conteúdos atitudinais se referem às normas, atitudes e valores dos alunos.

Desta forma, os três tipos de avaliação devem ser levados em consideração, pois cada uma tem a sua importância. Além disso, o método pelo qual o professor avalia, interfere diretamente na sua prática, bem como no rendimento da aprendizagem dos alunos. Portanto, é importante que toda avaliação leve em consideração os três tipos de avaliação citados anteriormente. O Quadro 3 apresenta os resultados e pode-se constatar que em pelos menos 84% dos planos de aula, mais de dois tipos de formas avaliativas foram levados em consideração, tendo destaque, procedimental e atitudinal. Para 26% dos planos as três formas foram consideradas na proposta, o que é o desejável.

Em relação a possíveis equívocos encontrados nos planos de aula, salienta-se que os mesmos não foram identificados. Desse modo, levou-se em consideração apenas que o termo DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) deixou de ser recomendado a partir de 2016, ano posterior às datas dos planos de aula publicados. O termo IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) entrou em seu lugar, pois segundo o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, é um termo mais adequado e que já era utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). (BRASIL, 2021).

A terminologia IST passou a ser adotada em substituição à expressão DST, porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas

(BRASIL, 2021). Nesse sentido, verifica-se a necessidade de uma adequação na nomenclatura por parte do docente que fará a utilização do plano de aula, adequando-se às normativas vigentes.

4 Conclusão

A análise e a caracterização dos planos de aula relacionados à temática Orientação Sexual, encontrados no espaço aula do Portal do Professor, possibilitaram um entendimento amplo de suas abordagens e metodologias. O planejamento do processo de ensino e do processo de aprendizagem e a estrutura dos planos de aula são partes essenciais e primordiais para o desenvolvimento de uma boa aula. Quanto à estrutura, notou-se que o Portal do Professor possui sua organização bem estabelecida, tendo organizados e descritos os objetivos da aula, as funções do professor e do estudante, as estratégias, os recursos e as formas de avaliação da aprendizagem.

No entanto, ao avaliar as aulas, identificamos a prevalência do ensino tradicional e dos recursos audiovisuais, ambos visando a transmissão de conhecimento. Além disso, mesmo sabendo que os conhecimentos prévios, experiências e pré-concepções dos estudantes são importantes na dinâmica escolar, verificou-se que sua utilização não foi mencionada na maioria dos planos de aula, nem os questionamentos iniciais para o levantamento de saberes prévios.

Sobre as avaliações apresentadas pelos professores, na maioria dos planos de aula, percebemos que essas envolviam a participação e o envolvimento dos alunos perante as atividades propostas pelo professor durante a aula, levando em consideração mais de uma possibilidade avaliativa.

O desenvolvimento da sexualidade faz parte de todo ser humano, e cabe aos pais e as instituições de ensino saber orientar e acolher os adolescentes e jovens. É nesta fase que ocorrem transformações no corpo e na mente de cada indivíduo e é com essas mudanças que é preciso ter preocupações e acompanhamentos. Com isso, orientações sobre quais são os métodos de prevenção, proteção, aceitação, respeito, direitos e deveres são de extrema importância, devendo ser trabalhado também nas escolas. Para a garantia disso, é importante que os professores estejam preparados para assumir essa função educativa, e poderem contar com sugestões de planos de aula bem elaborados e boas propostas pode beneficiar este planejamento.

Dessa forma, a escola serve como um ambiente de desmistificação dessas diferenças, sendo um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam ao aluno um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações.

A disponibilização dos planos, em um portal próprio para tal, pode auxiliar os professores que irão trabalhar a temática a ter ideias norteadoras e até mesmo utilizar os próprios planos adaptando-os a realidade. Assim, o trabalho realizado na produção e disponibilização dos planos pode contribuir com as proposições de ensino e aprendizagem a serem desenvolvidas

Referências

- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto, 1994.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação*. Brasília: MS, 2006.
- BRASIL. *Lei N.º 11.340*, de 7 de Agosto de 2006, LEI MARIA DA PENHA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- BRASIL. MEC. SEB. 2017. *Base Nacional Comum Curricular*. 2017. Brasília: MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação-MEC, Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias*. Brasília; MEC, 2006.
- BRASIL. Ministério da saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Como é a prevenção das IST*. Brasília: Ministério da Saúde. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Infecções Sexualmente Transmissíveis*. Brasília: MS, 2020.
- CARPILOVSKY, C.K. et. al. Educação fundamental: ação dos professores frente à temática da educação sexual na escola pública. *Vidya*, v.30, n.1, p.43-52, 2010.
- CARRARA, S. et al. (Org.). *Gênero e diversidade na Escola: Formação de Professores/ as em Gênero, Orientação sexual e Relações étnico-raciais*. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.
- CUNHA, M.B. Jogos no ensino de química: considerações teóricas para a sua utilização em sala de aula. *Rev. Quím. Nova na Escola*, v.34, p.92-98, 2012.
- D'AQUINO ROSA, M.; ARTUSO, A. R. O uso do livro didático de ciências de 6º a 9º Ano: Um Estudo com Professores Brasileiros. *Rev. Bras. Pesq. Educ. Ciênc.*, v.19, p.709-746, 2019. doi: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2019u709746>
- DIAS, A.C.G.; TEIXEIRA, M.A.P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*. Ribeirão Preto, v.20, n.45, p.123-131, 2010. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100015>
- FERREIRA, C.A.L. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. *Rev. Mosaico*, v.8, n.2, p.173-182, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.18224/mos.v8i2.4424>
- FLORENTINO, B.R.B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal, Rev. Psicol.*, v.27, n.2, p.139-144, 2015. doi: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/805>
- FONSECA, H. Abordagem sistêmica em saúde dos adolescentes e suas famílias. *Rev. Adolesc. Saúde UERJ*, v.1, n.3, p.6-11, 2004.
- FRANCO, K.C.G.; ALMEIDA, P.E.; MOREIRA, B. Abordagem sobre IST'S em uma escola pública de Caratinga-MG. *Lynx*, v.1, n.1, 2020. doi: <https://doi.org/10.34019/2675-4126.2020.v1.25589>
- FURLANETTO, M.F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cad. Pesq.*, v.48, n.168, p.550-

- 571, 2018. doi: <https://doi.org/10.1590/198053145084>
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*, v.5, n.29, p.251-263, 2013. doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2013.784>
- HEILBORN, M. L. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. *Psicol. Clin.*, v.24, n.1, p.57-68, 2012. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100005>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- INTERAMINENSE, B.K.S. A Importância das aulas práticas no ensino da Biologia: uma Metodologia Interativa. *Id on Line Rev. Mult. Psic.*, v.13, n.45, p.342-354, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.14295/idonline.v13i45.1842>
- JARDIM, D. P.; BRETAS, J. R.S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. *Rev. Bras. Enferm.*, v.59, n.2, p.157-162, 2006. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000200007>
- JATOBÁ, J.D.AVN.; BASTOS, O. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. *J. Bras. Psiquiatr.*, v.56, n.3, p.171-179, 2007. doi: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852007000300003>
- JUNQUEIRA, R.D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, 2009.
- KRAEMER, M.E.P. *Avaliação da aprendizagem como construção do saber*. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96974>>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- LIBÂNEO J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIMA, D.B.; GARCIA, R.N. Uma investigação sobre a importância das aulas práticas de Biologia no Ensino Médio. *Cad. Aplic.*, v.24, n.1, p.201-224, 2011. doi: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.22262>
- MANDARINO, M.C.F. Organizando o trabalho com vídeo em sala de aula. *Morpheus - Rev. Eletr. Ciênc. Hum.*, n.1, p.1-9, 2002.
- MENEZES, G.; AQUINO, E.M.L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*, v.25, n.2, p.193-204, 2009. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001400002>
- MINAYO, M.C.S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORAN, J. M. *Vídeos são instrumentos de comunicação e de produção*. 2009. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_educacao/videos.pdf> Acesso em: 3 mar. 2021.
- NICOLA, J.A.; PANIZ, C.M. A importância da utilização de diferentes recursos didáticos no ensino de biologia. *Infor*, v.2, n.1, p.355-381, 2016.
- OLIVEIRA, C.B.; GONZAGA, A.M. Professor pesquisador - educação científica: o estágio com pesquisa na formação de professores para os anos iniciais. *Ciênc. Educ. (Bauru)*, v.18, n.3, p.689-702, 2012. doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132012000300013>
- OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. *A cada dia, há 1 milhão de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis curáveis*. Banco de notícias. Brasília (DF), 2019.
- RAMIRO, L. et al. Educação sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. *Rev. Port. Saúde. Pública*, v.29, n.1, p.11-21, 2011. doi: [https://doi.org/10.1016/S0870-9025\(11\)70003-7](https://doi.org/10.1016/S0870-9025(11)70003-7)
- REIS, G.V.; RIBEIRO, P.R.M. Sexualidade e educação escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual na escola. In: BORTOLOZZI, A.C.; MAIA, A.F. (Org). *Sexualidade e infância*. Bauru: FC/CECEMCA, 2005. p.35-42.
- ROCHA, G.O.R.; LEMOS, F.C.; LIRIO, F.C. Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. *Cad. Educ. FaE/PPGE/UFPel*, v.38, p.259-287, 2011. doi: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i38.1550>
- SANTOS, E.S. et al. As adolescentes grávidas e o contexto escolar: o papel dos/as docentes no processo de (re)construção dos projetos de vida. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 3, 2016. Salvador: Realize, 2016.
- SANTOS, G.T.G. et al. A desconstrução do machismo no ambiente escolar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO DO CCSEH. SEPE ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, 2017.
- SANTOS, R.C.A.N. et al. Realidades e perspectivas de mães adolescentes acerca da primeira gravidez. *Rev. Bras. Enferm.*, v.71, n.1, p.73-80, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0444>
- SCHNEIDER, E.M.; FUJII, R.A.X.; CORAZZA, M.J. Pesquisas Quali-quantitativas: Contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. *Rev. Pesq. Qualitativa*, v.5, n.9, p.569-584, 2017.
- SILVA, M.C; MENDES, O.M. As marcas do machismo no cotidiano escolar. *Cad. Espaço Feminino - Uberlândia-MG*, v.28, n.1, p.90-99, 2015.
- SOARES, Z.P; MONTEIRO, S.S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educ. Rev.*, v.35, n.73, p.287-305, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>
- SOUZA, S.E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO. SEMANA DA PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007.
- TEMP, D.S. et al. Desenvolvimento do tema aborto em escola pública: uma experiência através de atividades lúdicas. *Rev. Ensino Ciênc. Eng.*, v.4, n.1, p.68-88, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.18250/2179-2933/ensinodociencias.v4n1p68-88>
- UNFPA - United Nations Population Fund. *Fecundidad y maternidad adolescente em el Cono Sur*: Apuntes para la construcción de una agenda común. Santiago, Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2016.
- VASCONCELLOS, C.S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2012.
- VIVEIRO, A.; DINIZ, R.E.S. Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. *Ciênc. Tela*, v.2, n.1, p.1-12, 2009.
- ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ZOMPERO, A.F. et al. Temática sexualidade nas propostas curriculares no Brasil. *Rev. Ciênc. Ideias*, v.9, n.1, p.101-114, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.22407/2176-1477/2018.v9i1.783>